



NEGOCIAÇÕES



Recomposição da Carreira

[Recuperação do tempo de serviço congelado]

12 março 2018

A ausência de bom senso imperou na reunião ontem, 12 março 2018, decorrida com o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças e as organizações sindicais, na medida em que persiste a postura do Governo em comparar situações incomparáveis: as carreiras gerais e as especiais.

A lógica do módulo padrão das carreiras gerais, nas quais o tempo de permanência dos escalões é de 10 anos, resulta numa contabilização integral dos últimos 7 anos congelados, obtendo-se uma fórmula de 7/10. Numa "equiparação" com a carreira especial dos docentes, pretende o Governo aplicar essa mesma fórmula, sendo contabilizados apenas **2 anos, 9 meses e 18 dias** – valor até inferior ao afirmado na última reunião!

Neste "**Milagre das rosas**", mencionado pela Senhora Secretária de Estado da Administração e Emprego Público, Doutora Fátima Fonseca, na prática **a uns trabalhadores contabiliza 7 anos e a outros nem 3**, demonstrando assim o Estado a gratidão e o reconhecimento pelo esforço realizado pela classe docente ao longo de todo estes anos, para além de destruir a carreira destes profissionais.

Sobre a eventual canalização dos anos em causa para efeitos de **aposentação**, reduzindo o tempo necessário, foi linearmente colocado de parte, conforme afirmou a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Doutora Alexandra Leitão. Sobre as **condições de trabalho**, designadamente a distribuição de serviço, que não serão alvo de negociação, mas apenas auscultação, nada mais foi adiantado.

Quanto ao diploma dos **concursos**, nada foi feito para repor a injustiça das colocações da mobilidade interna do ano anterior; sobre as **vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões** destinou o Ministério que ficam à disposição dos Governos, não as eliminado, nem tão pouco estabelecendo quotas mínimas; quanto ao respeito pelo efetivo **número de anos de serviço** e respetiva colocação no escalão adequado dos docentes, está estabelecido um mecanismo que irá, inevitavelmente, permitir ultrapassagens!

Prevê-se assim uma **contínua desvalorização dos educadores e professores**, não estando o Governo sequer a respeitar o estipulado na Recomendação n.º 1/2018 da Assembleia da República (subscrita pelo próprio PS!), nem o assumido na Declaração de compromisso entre a tutela e os representantes sindicais, do passado dia 18 de novembro.

Com "milagres" destes, apenas resta à classe docente manifestar o seu descontentamento e reivindicar a justiça da contabilização correta do seu tempo de serviço através de uma **massiva adesão à greve agendada entre 13 e 16 de março!**